

A educação ao Deus dará

”Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo. Outros já se propuseram a lutar contra a inflação, mas fizeram deste combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação é uma luta incondicional, porque justamente se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada de investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento e da sobrevivência da própria democracia.”

Esta promessa, constante do discurso que pronunciou ao assumir a presidência da República, em 15 de março último, Collor de Mello está cumprindo rigorosamente, exemplarmente, obstinadamente.

Por isso não lhe temos poupado elogios em nossos editoriais.

Já dissemos aqui, em recente comentário, que ninguém pode negar que houve já, no Brasil, uma mudança profunda, decisiva: a mudança de mentalidade, de estilo do governo. Na perseguição desse objetivo prioritário, de cuja conquista depende tudo mais, o presidente Collor de Mello está promovendo uma verdadeira revolução, que vai resultar na modernização do Estado brasileiro, condição primeira para a prometida modernização da nossa economia.

Mas, para modernizar a economia brasileira, para possibilitar a nossa entrada na moderna economia mundial que vem disseminando a prosperidade numa escala inédita na história da humanidade, há uma outra condicionante, há uma outra condição básica da qual, até agora, o governo Collor não tomou conhecimento: a reforma, a modernização do nosso sistema de ensino.

Infelizmente, nessa área — a da educação —, Collor não está seguindo a mesma linha de comportamento adotada no campo econômico. Para o MEC, ele se limitou a nomear um político profissional cuja carreira simboliza o tipo de mentalidade que sempre viciou nossa vida pública — e é por isso que, nestes últimos quatro meses e meio, os problemas educacionais do País só se agravaram.

Uma prova disso é a mudança nos vestibulares. Ao conceder às universidades o direito de organizar livremente seus vestibulares, o titular do MEC não teve por objetivo o reerguimento das instituições universitárias federais, hoje semidestruidas pelo fisiologismo e pelo corporativismo. O que está por trás de sua decisão é apenas a consumação do acordo que fez com alguns reitores para justificar o descumprimento das determinações presidenciais de estender ao âmbito universitário a reforma da administração federal, em troca do preenchimento das vagas consideradas “ociosas”.

Como se trata de uma medida isolada, desacompanhada de providências estruturais para reformar o ensino superior, essa mudança pode tornar irreversível a degradação da Universidade brasileira. Isso porque, em vez de estabelecer prioridades, eliminar instituições que se justapõem num mesmo raio de ação, projetar centros de excelência e definir uma política de gastos a partir dos recursos disponíveis, o titular do MEC fez exataamente o oposto. Mantendo intocados os atuais orçamentos das universidades federais, que estão artificialmente inchados por causa do empreguismo de seus dirigentes e das mordomias de seu corpo docente, e deixando de lado o fato de que muitas dessas instituições não têm razão objetiva para existir, pois foram criadas por interesses políticos em áreas já servidas por outras instituições oficiais, ele consagrou os feudos dos professores, consolidou as satrapias dos reitores e exigiu o preenchimento a qualquer preço das vagas “ociosas”, apenas para justificar a “intocabilidade” das verbas de que dispõem.

Se o presidente da República não cuidar da educação com o mesmo empenho demonstrado na luta contra a inflação, impedindo a manipulação do setor por um ministro que destoa por completo da sua filosofia de governo, mesmo que consiga vencer a inflação não contará com recursos humanos qualificados para realizar também seu projeto de retomada do crescimento econômico e de modernização da economia do País.